



## \* Para deputado, Constituinte compromete entendimentos

Das sucursais e do serviço local

"A posição adotada pelo MDB em sua convenção nacional comprometeu as conversações a respeito de retorno ao Estado de Direito", declarou ontem, na Assembleia Legislativa paulista, o deputado arenista Agnaldo de Carvalho Júnior, ao analisar a atitude do partido oposicionista. E considerou-a "irreal, paradoxal, demagógica e contrária ao desejo de ponderáveis parcelas das forças civis e militares do governo, de estabelecer entendimentos capazes de oferecer soluções para os problemas institucionais do País".

"Entendo — afirmou o parlamentar — que há apenas duas formas de sairmos do impasse em que nos encontramos através de uma rebelião armada, que o MDB, obviamente, não detém, ou através do poder de persuasão do poder do diálogo do poder dos democratas brasileiros. Mas o MDB colocou a situação em termos bastante difíceis para a saída deste impasse, na medida em que, tendo conhecimento da inaceitabilidade da tese da Constituinte, a coloca como premissa para a mesa do diálogo."

As declarações de Carvalho Júnior receberam apoio do líder do governo, Nabi Chedid, e contestações, entre outros, do líder da oposição, Robson Marinho, que sustentou que o MDB vem procurando, "através de todos os meios legais e pacíficos, sensi-

bilizar o governo, que já perdeu o respaldo popular, da necessidade de atender ao clamor nacional pela redemocratização".

Já na Assembleia Legislativa gaúcha, encerrando a "Semana de Luta", o líder da bancada do MDB no Rio Grande do Sul, deputado Lélcio Souza, criticou as declarações do deputado Francelino Pereira e do senador Eurico Rezende, afirmando que o partido tinha consciência das resistências que a tese da Constituinte iria provocar, "mas não poderia supor que o desvario dos que perderam a noção de seus compromissos com a democracia chegasse ao cúmulo de acobimar a caminhada da oposição de ilegal".

Prosseguindo, Lélcio Souza afirmou que "chamar de ilegal a campanha do MDB é usar um argumento frágil juridicamente e absurdo politicamente. É claro que a campanha vai provocar reação, porque representará pelo menos uma quebra no imobilismo imposto ao País, especialmente após o pacote de abril".

O ex-presidente da Assembleia gaúcha, João Carlos Gastal, classificou as afirmações de Francelino e Rezende de "demonstração cabal dos falsos propósitos de diálogo de certas lideranças da Arena", e outro emedebista, Waldir Walter, comentou: "Não temos a veleidade e a pretensão de convencer os prepotentes a Constituinte é tese para democratas, os prepotentes jamais concordarão com ela".

Respondendo pela Arena, o vice-líder, deputado Rubi Diehl, desafiou o MDB a analisar artigo por artigo da atual Constituição. "Quando chegarmos aos artigos 181 e 182", admitiu, "já posso antecipar que quero abolir o concubinato de suas disposições excepcionais com o restante da Constituição".

Por outro lado, d. Avelar Brandão, arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, afirmou, na capital baiana, que se o que se pretende é um diálogo frutuoso, devem ser ouvidas não apenas as figuras representativas da Igreja mas também o órgão do episcopado, a CNBB. "Entendemos a CNBB — declarou — como a expressão do pensamento da assembleia-geral. A presidência da CNBB deverá coordenar as opiniões, mas não pode substituir pura e simplesmente o sentir do episcopado. Caso de fato venha a prevalecer a hipótese do diálogo, a direção do órgão representativo ouvirá as regionais, para que sua missão tenha suporte real".

O presidente do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos de São Paulo, Fausto Spinola, por sua vez, afirmou ontem, em Brasília, ser contrário à "precipitação" da abertura política, por considerar que o País, "anda não amadurecido para a democracia plena", corre o risco de mergulhar novamente na situação anterior a 64, "quando as greves perturbavam a tranquilidade da vida nacional".